



Use o QRCode para acessar o Caderno Cultural na internet, com mais artigos e links citados.

# Reduções Jesuítico-Guarani: uma história que não pode ser esquecida

*Em 2026, celebram-se os 400 anos do início das Reduções Jesuítico-Guarani, tema deste Caderno Fé e Cultura, no Sul do Brasil. Representam um dos episódios mais fascinantes e controversos da história das Américas. Por 130 anos, combinaram relativa autonomia político-econômica indígena com inserção no mundo colonial ibérico. Contudo, era uma aventura liderada por jesuítas, que tinham por meta a inculturação do Evangelho entre os nativos. Para a crítica contemporânea, isso parece imperdoável – ainda que raras vezes os povos indígenas encontrassem uma proposta tão respeitosa com seus direitos.*



Arte: Sergio Ricciuto Conte

Francisco Borba  
Ribeiro Neto\*

Uma das maiores injustiças do julgamento contemporâneo das Missões repousa em uma anacronia: julga-se um projeto do século XVII com critérios do século XXI. A economia colonial hispânica repousava sobre a *encomienda*, que obrigava os indígenas a trabalhar compulsoriamente para os colonos. Nas regiões fronteiriças, bandeirantes paulistas capturavam indígenas para vendê-los como mão de obra escravizada.

Os jesuítas se recusaram a compactuar com este sistema. A evangelização implicava o reconhecimento da dignidade do evangelizado. Mas, ao fazerem isso, entraram em choque com o poder colonial – e pagaram um preço caro: as Reduções foram destruídas por tropas espanholas e portuguesas, em 1756, e os jesuítas terminaram expulsos: em 1759, de Portugal e suas colônias; e, em 1767, da Espanha e seus domínios.

As comunidades guaranis, ainda que sob a tutela jesuíta (condição essencial para terem a anuência dos

governos coloniais) gozavam da possibilidade de manter uma estrutura sociopolítica e econômica semelhante à original, além de terem desenvolvido atividades econômicas que as tornavam muitas vezes mais bem-sucedidas do que os colonos europeus.

Por outro lado, os brancos pobres do interior colonial, ainda que não vivessem sob a tutela jesuíta, também não gozavam do que hoje chamaríamos de autonomia pessoal. Viviam sob dominação e coerção que seriam hoje consideradas intoleráveis. Eram recrutados à força para guerras fronteiriças, presos por dívidas que não conseguiam pagar, submetidos a castigos corporais como forma de disciplina.

Os povos indígenas brasileiros, até o século XX, fora da ação dos missionários, enfrentaram apenas práticas de extermínio. O século XIX foi devastador. Políticas de “integração” confiscaram territórios indígenas, proibiram línguas originárias e apagaram identidades. Entre 1915 e 1970, em um início de mudanças de paradigma, o Serviço de Proteção ao Índio confinava povos em reservas minúsculas, incapazes de sustentar ciclos tradicionais de caça,

pesca e agricultura. Somente com a Constituição de 1988, os povos indígenas foram reconhecidos como sujeitos de direito com organização social, línguas e tradições próprias que o Estado tem obrigação de proteger – a Constituição chegou tardiamente a algo que os jesuítas, com os limites do seu tempo, já sabiam: direito a território, economia e forma de vida próprios. Contudo, mesmo assim, até hoje as terras indígenas, na prática, estão continuamente ameaçadas por invasões, pelo desrespeito aos direitos da população local e pela falta de alternativas econômicas viáveis para sua sobrevivência.

Para a mentalidade atual, o grande escândalo das missões em terras indígenas, nas reduções e fora delas, é a questão cultural. Os jesuítas mantiveram o idioma guarani, com direito a gramáticas e livros impressos; valorizaram a sensibilidade artística, desenvolvendo o barroco missioneiro e incorporando músicas e rituais às festividades cristãs, preservaram a autoridade política dos caciques e mantiveram o *abambaé* – propriedade familiar – e o *tupambaé* – propriedade coletiva. O problema reside na questão religiosa.

Os jesuítas tinham a convicção de que a fé cristã era necessária para a salvação. Daí derivavam consequências culturais precisas, como a adoção da monogamia e o desencorajamento do xamanismo. O julgamento desses custos culturais depende de uma pergunta que nenhuma documentação histórica pode responder: a fé cristã torna as pessoas mais felizes? Se a resposta for sim, as transformações podem ser interpretadas como um ganho efetivo – afinal, nenhuma cultura é estática e imune à relação com as demais. Se for não, os jesuítas praticaram uma violência simbólica que não se redime pelas boas intenções.

Infelizmente, o julgamento histórico das Reduções não está sendo feito a partir daquilo que representaram para os indígenas de seu tempo, mas do que podem representar para as pessoas de hoje e suas lutas políticas. Não nos cabe fazer mais um julgamento, mas, sim, dar o testemunho de que o ideal que motivou aqueles missionários ainda é válido nos tempos atuais.

\*Sociólogo e biólogo, editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do jornal O SÃO PAULO

# Reduções Jesuítico-Guarani: uma alternativa ao sistema de dominação colonial

Em 2026, o Rio Grande do Sul celebra os 400 anos das Missões Jesuítico-Guarani, ou Reduções, em seu território. Em 1626 foi fundada, às margens do Rio Uruguai, pelo Padre Roque González de Santa Cruz e outros jesuítas, a Redução de São Nicolau, a primeira localizada no território que atualmente pertence ao estado gaúcho e a primeira do conjunto dos Sete Povos, que, por sua vez, integrava os Trinta Povos das Missões. Esse extenso território também era denominado Província Jesuítica do Paraguai e incluía, ainda, parte da atual Argentina e do Brasil (correspondentes ao território atual do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina).

Marina Massimi\*

As Reduções Jesuítico-Guarani nasceram a partir de dois objetivos idealizados pelos missionários da Companhia de Jesus, que, presentes nos territórios latino-americanos desde meados do século XVI, perceberam a impossibilidade de exercer sua missão de evangelização nas condições de escravatura e de violência impostas pelos colonizadores. Era preciso criar as condições para o trabalho missionário. Entre os jesuítas, a busca de uma proposta alternativa a este sistema iníquo foi encabeçada pelo espanhol Diego de Torres Bollo.

**As origens: liberdade e evangelização.** Em primeiro lugar, era necessário garantir um espaço de liberdade para a população nativa, dado que já era um fato consumado a ocupação militar e a exploração econômica de suas terras pelo Império espanhol e pela Coroa portuguesa. Os indígenas eram submetidos a um regime de trabalho escravo ou semiescravo. No Brasil, tratava-se de trabalho escravo propriamente dito. No domínio espanhol, vigorava o sistema de *encomienda*, no qual o indígena trabalhava para colonos que, por outorga da Coroa, detinham o espaço territorial, atuando em minas de prata e na extração da erva-mate.

A primeira ação seria garantir um espaço de liberdade que permitisse o desenvolvimento humano das populações. Este espaço criaria as condições para o segundo objetivo: a evangelização. Somente seria possível evangelizar pessoas que fossem sujeitos com uso de sua liberdade e possibilidade de se autodeterminar quanto às suas escolhas. A experiência dos jesuítas no Brasil desde 1549 tornara evidentes os empecilhos decorrentes de uma política colonial voltada à exploração predatória de matérias-primas e trabalho humano para proveito exclusivo da metrópole e de seus colonos. Esta posição foi sintetizada por Antônio Vieira, que em 1655 exclamou diante de Dom João IV: “Perde-se o Brasil, senhor, porque alguns ministros de sua majestade não vêm cá buscar nosso bem, vêm cá buscar nossos bens”.

**O projeto das reduções.** No início do século XVII, esses dois objetivos – defesa da liberdade e dignidade da pessoa e evangelização – levaram os jesuítas a encaminhar uma proposta ao Padre Geral da Companhia de Jesus em Roma e à Coroa espanhola. O pro-

jeto elaborado por Torres Bollo, que se tornar-se-ia o primeiro provincial jesuíta da nova Província do Paraguai (que correspondia ao território reducional), e pelo jurista Francisco Alfaro visava à constituição de agregações urbanas chamadas de Reduções. Ali, morariam indígenas que quisessem aderir a uma proposta de vida “civil” (segundo o ideal humanista surgido no seio do Cristianismo nos séculos XVI-XVII) que incluía organização social, cultural, religiosa, modo de trabalho e formação educacional, sob supervisão de dois ou três missionários da Companhia de Jesus.

O termo “Redução” refere-se à

etimologia latina: redirecionar (*reductio ad unum*) as populações para uma vida social moldada pelos ideais cristãos. Nesse território, a Coroa espanhola garantiria a autonomia das comunidades, cujos moradores seriam vassallos diretos do Rei, proibindo a entrada de colonos que pudessem submetê-los à escravatura ou à *encomienda*. A proposta foi implementada a partir de 1604 na Província Jesuítica do Paraguai.

**A adesão dos guaranis.** As populações, a maioria de etnia guarani, viviam espalhadas no território em pequenos grupos liderados por um chefe

político e religioso (cacique), migrando frequentemente por necessidades materiais, mas que assumiam também o significado religioso de busca de uma “terra sem males”. Convidados pelos missionários, vários chefes aceitaram porque a proposta garantia um espaço de autonomia em um território no qual o avanço dos colonizadores e bandeirantes já se mostrava inevitável.

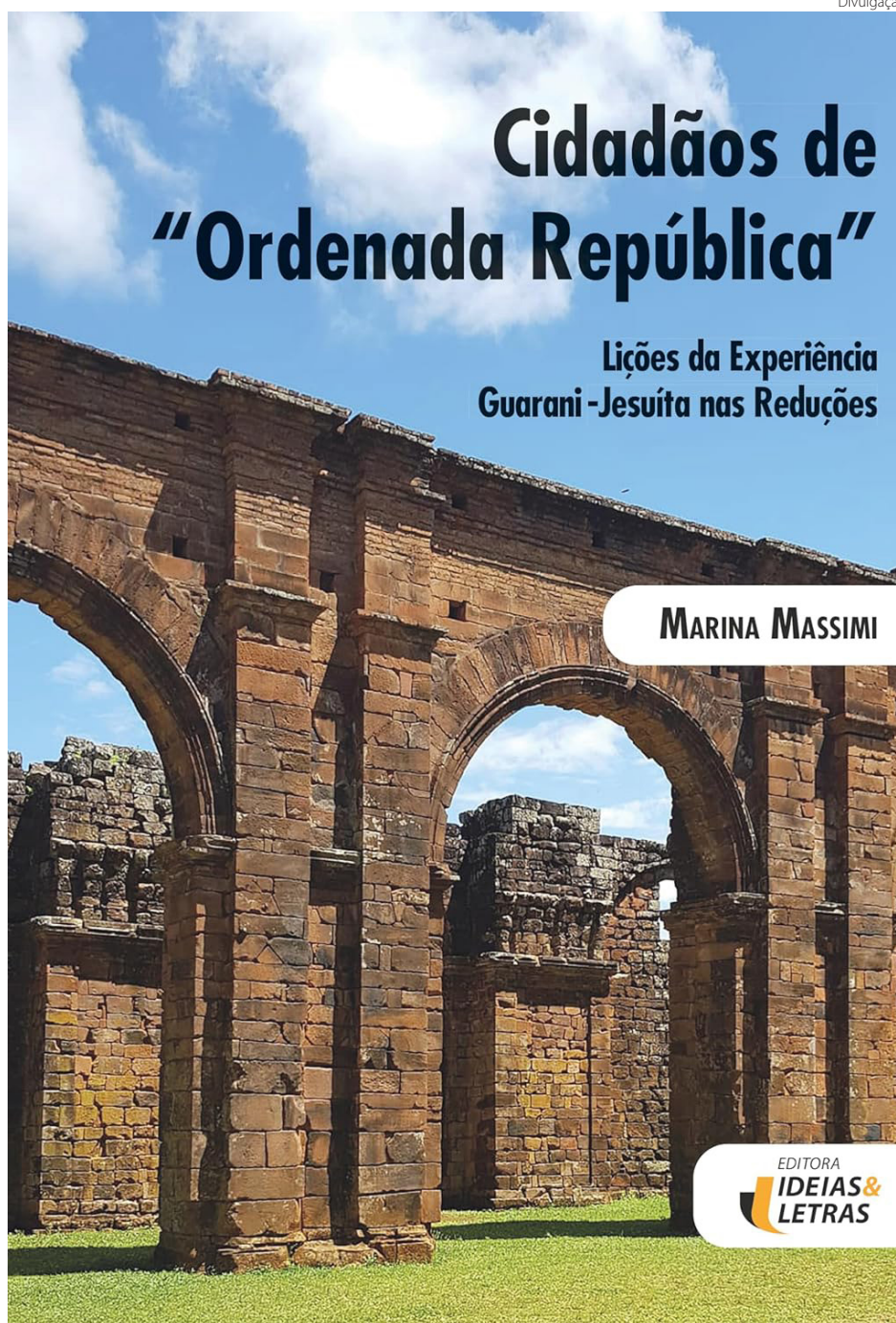
Houve caciques que se rebelaram violentamente, vendo nos jesuítas uma ameaça à sua liderança, o que ocasionou o martírio de missionários como Roque González, o fundador de São Nicolau. Todavia, grande parte da população guarani aceitou a proposta por julgá-la conveniente: para além da liberdade, haveria a possibilidade de aprender idiomas, técnicas agrícolas, artes, além de criar uma sociedade com sustento político, econômico e cultural. A evangelização foi realizada gradualmente, na medida em que os indígenas passavam a confiar na amizade dos religiosos.

Ao longo de cerca de 150 anos — de 1610 até 1756, quando foi destruída pela força conjunta dos exércitos coloniais espanhol e português — criaram-se trinta núcleos urbanos com populações de até 7 mil nativos para no máximo três jesuítas. Estes números evidenciam que houve uma efetiva adesão dos guaranis que sustentou toda a experiência — algo que não ocorreu em outros âmbitos da presença missionária no mundo e que deu origem a uma realidade totalmente nova.

**O Cristianismo feliz nas Américas.** Analisaremos aqui brevemente as causas do surgimento e do fim desta experiência que foi definida por um importante intelectual italiano da época, Ludovico Antônio Muratori, como “Cristianismo Feliz”, título de seu livro sobre a Província Jesuítica do Paraguai, que se tornou um *best-seller* com edições em diversos idiomas.

Essa experiência gerou grande vivacidade civil e econômica. Hoje, as ruínas remanescentes ainda mostram a grandeza e a beleza das suas construções e templos. A vinda de missionários arquitetos, engenheiros, escultores e músicos foi o ponto de referência para a formação de artistas e artesãos guaranis.

Toda Redução se constituía em torno de uma grande praça circular, tendo a igreja como ponto central. Ao lado, havia a casa dos padres e o colégio, onde todos os moradores podiam aprender a ler e escrever em guarani e espanhol. Havia também oficinas,



Em *Cidadãos de “Ordenada República”* (São Paulo: Ideias & Letras, 2025), Marina Massimi apresenta de forma fascinante a experiência das Reduções Guarani-Jesuítas na América do Sul, sob a ótica pioneira da psicologia histórica; em uma obra transdisciplinar, que conecta história, psicologia e antropologia, valendo-se de cartas e diários da época que humanizam os relatos. A autora estuda como o encontro entre a tradição indígena e a cultura católica moldou novas formas de subjetividade, afeto e convivência social.



roças, o cemitério e o *cotiguaçu* (casa grande para viúvas e órfãos). Cada Redução possuía uma estância, uma grande fazenda para agricultura e pecuária que abastecia a comunidade e servia para o comércio. Ali moravam um irmão jesuíta e homens da Redução ocupados com o cultivo e o gado.

O gado europeu, importado via Buenos Aires e levado às estâncias, adaptou-se e reproduziu-se, dando origem ao gado gaúcho. A produção das estâncias chegou a ser muito significativa, exportando erva-mate e algodão para a Europa, o que contribuía para o bem-estar das populações. O governo de cada Redução era regido por um *cabildo*, seguindo uma organização municipal de origem medieval herdada do direito espanhol, mas com a participação do cacique guarani. Essas funções eram escolhidas entre o grupo das lideranças nativas, em geral entre os de maior prestígio, capacidade de mando e condições administrativas. A autoridade continuava nas mãos dos índios, com a orientação dos jesuítas.

**O diálogo intercultural entre guaranis e missionários.** As Reduções foram palco de um intenso diálogo

intercultural. Pautados pelo método *acomodativo* (adaptação flexível das práticas cristãs às culturas locais, evitando rupturas radicais, para facilitar a evangelização), inspirado no preceito paulino de “se fazer tudo para todos”, os missionários aprenderam o idioma guarani e buscaram conhecer, com discernimento, os traços daquela realidade indígena. Adaptaram os conteúdos cristãos a partir de elementos que poderiam ser compartilhados, como o gosto pela música e decoração, o uso da palavra para exortação, o amor pela terra e o valor da vida comunitária.

Esses elementos moldaram a estrutura urbana, na qual praças e igrejas acolhiam a comunidade, e as varandas das casas permitiam o contato direto com a natureza. Recorreu-se ao diálogo com os catecúmenos guaranis para conversar com o restante da população sobre suas experiências religiosas. Desenvolveram-se celebrações com músicas corais e instrumentos construídos localmente. Nasceu a arte plástica guarani-jesuítica, com imagens sagradas que refletiam a sensibilidade indígena. Os colégios e bibliotecas permitiram aos guaranis a apropriação da escrita e da cultura oci-

dental. Foi decisivo o trabalho de elaboração de dicionários e catecismos na língua nativa, difundidos pela imprensa móvel que funcionava nas Reduções.

**Os conflitos e o fim das Reduções.** Ao longo da história, as Reduções sofreram muitas ameaças. A principal eram as investidas dos bandeirantes paulistas, que atacavam os núcleos, saqueando, destruindo, estuprando e capturando os guaranis para a escravidão. Eram considerados os principais inimigos, mas as reclamações da Companhia à Corte portuguesa foram inúteis, pois as bandeiras ampliavam os domínios coloniais e a predação das riquezas da terra.

Inicialmente construídas em territórios que hoje ocupam Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, as Reduções tiveram que recuar em migrações perigosas para a região do atual Paraguai. Ali, o governador Hernando Arias de Saavedra aceitou a proposta de estabelecer o que seria a Província Jesuítica do Paraguai. A expansão retomou a partir de 1610, e as últimas edificações ocorreram no atual território gaúcho.

Conforme o Tratado de Madri, de 1750, uma parte do território das Re-

duções, onde ficavam as comunidades de São Miguel, São Nicolau, São Borja, São Lourenço, São Luiz Gonzaga, São João Batista e Santo Ângelo, os “Sete Povos”, deveria passar do domínio espanhol para o português. As comunidades indígenas se recusaram a aceitar o Tratado e foram massacradas pelos exércitos português e castelhano. Mais de 1,5 mil indígenas foram mortos e as famílias sobreviventes foram exterminadas.

Após a expulsão dos jesuítas (em 1759 do território português e em 1767 do espanhol), a região foi assolada por guerras de fronteira entre os exércitos dos recém-constituídos Estados Nacionais no início do século XIX, e os indígenas remanescentes foram cooptados como mão de obra ou servidores militares. Restam hoje ruínas majestosas, patrimônio mundial reconhecido pela Unesco, que testemunham uma história interrompida cuja continuidade teria certamente traçado os contornos de uma América Latina mais integrada e indígena.

\*Professora sênior no Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), ganhou o Prêmio Jabuti Acadêmico 2024, na categoria Psicologia e Psicanálise, pelo livro *História dos Saberes Psicológicos na Cultura Brasileira* (São Paulo: Edusp), reconhecendo sua contribuição à história da psicologia no Brasil colonial e jesuítico

## LIVROS

## Um Brasil que já pensava a alma antes de a Psicologia existir

O livro *História dos Saberes Psicológicos na Cultura Brasileira*, de Marina Massimi, vencedor do Prêmio Jabuti Acadêmico 2024, desafia a ideia de que a Psicologia no Brasil começou apenas no fim do século XIX, mostrando que o período colonial já era um rico laboratório de reflexão sobre a subjetividade humana, por meio de cartas, sermões e tratados. Mostra a riqueza da visão cristã sobre a subjetividade humana, no período colonial.

## Redação

Antes de qualquer laboratório, divã ou manual diagnóstico, o Brasil colonial já produzia – e muito – sobre a vida interior do ser humano. É essa a tese central de *História dos Saberes Psicológicos na Cultura Brasileira*, da pesquisadora Marina Massimi, professora sênior do Instituto de Estudos Avançados da USP. Lançado pela Edusp em 2023, com 504 páginas, o livro conquistou o 1º lugar na categoria Psicologia e Psicanálise do Prêmio Jabuti Acadêmico 2024 – primeira edição da distinção criada pela Câmara Brasileira do Livro para reconhecer obras científicas de excelência.

A obra é o resultado de quase cinco décadas de pesquisa de Massimi e desafia uma ideia ainda comum: a de que só existe psicologia a partir do fim do século XIX. A autora mostra que,

entre o século XVI e o final do XVIII, já circulava no Brasil um repertório vasto e diverso de saberes sobre memória, paixões, vontade e entendimento – só que espalhados em cartas, sermões, tratados de educação, novelas morais e relatos de festas religiosas, e não em artigos científicos.

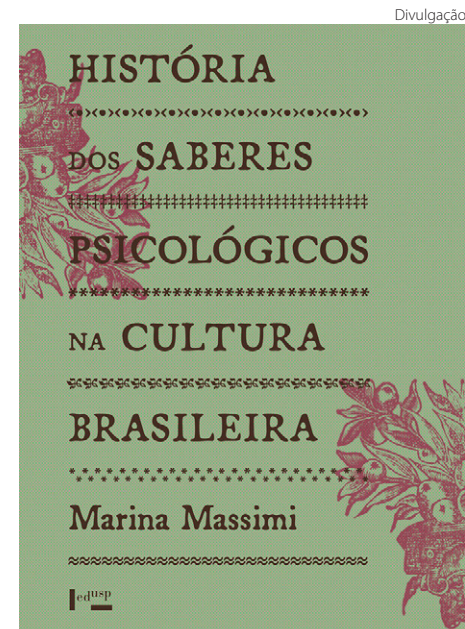
Os jesuítas ocupam o centro do livro. Seus escritos pedagógicos e religiosos, herdeiros da tradição aristotélico-tomista, foram remodelados pelo contato com os povos indígenas e pela própria experiência da catequese nas Américas. O Padre Alexandre de Gusmão, autor de tratados de educação amplamente lidos na colônia, ganha destaque especial nessa reconstrução. Mas Massimi não se limita ao clero: também investiga leigos que, por meio de romances alegóricos e relatos autobiográficos, refletiam sobre o que hoje chamaríamos de subjetividade.

O grande mérito do livro é justamente este: tratar o Brasil colonial não

como simples receptor passivo de ideias europeias, mas como um laboratório próprio de reflexão sobre o humano – atravessado, é claro, pela violência da colonização e pelo choque entre cosmovisões diferentes. Nesse sentido, a obra conversa de forma natural com debates atuais sobre decolonialidade, sem precisar forçar o argumento.

Trata-se de uma leitura densa. As 504 páginas e a análise minuciosa de fontes do século XVI ao XVIII pedem familiaridade com a história da Psicologia e disposição para uma leitura mais acadêmica – o prefácio de Regina Helena de Freitas Campos (UFMG) ajuda a situar o leitor antes de entrar na argumentação principal. De qualquer forma, é um livro que muda a pergunta de partida: em vez de perguntar quando a Psicologia “chegou” ao Brasil, Massimi pergunta o que os brasileiros já pensavam sobre si mesmos muito antes de existir uma ciência com esse nome. O Jabuti

Acadêmico, nesse caso, parece prêmio bem direcionado.



Divulgação  
MASSIMI, Marina. *História dos Saberes Psicológicos na Cultura Brasileira*. São Paulo: Edusp, 2023. 504 p.

## CINE E VÍDEO

## Quando o cinema percebe a grandeza da obra missionária

Visualmente deslumbrante, o filme *A Missão* é um clássico que provoca reflexões sobre fé, poder e colonialismo. Contudo, não faltam críticas à sua precisão histórica e à caracterização de seus personagens.

## Redação

Vencedor da Palma de Ouro em Cannes e incluído na lista dos 45 melhores filmes sobre religião, compilada pela então Pontifícia Comissão para as Comunicações Sociais, em 1995, *A Missão* é um épico histórico britânico que narra o conflito que levou à destruição das Reduções Jesuítico-Guarani.

A história acompanha o padre jesuíta Gabriel (Jeremy Irons), que evangeliza os indígenas guarani por meio da música, tocando oboé nas selvas acima das cataratas. Paralelamente, Rodrigo Mendoza (Robert De Niro), mercenário e traficante de escravos, busca redenção após assassinar o próprio irmão por ciúmes. Sua penitência consiste em arrastar sua pesada armadura montanha acima até a missão de San Carlos, onde é perdoado pelos mesmos

guaranis que antes caçava. Ambos são confrontados com a tragédia quando o Tratado de Madri (1750) transfere as missões do domínio espanhol para o português, permitindo a escravidão indígena. Gabriel escolhe resistência pacífica por meio da oração, enquanto Mendoza retoma as armas para defender os nativos, culminando em um massacre devastador.

O filme captura o espírito da Guerra Guaranítica (1754-1756) e das reduções jesuíticas reais, mas toma liberdades dramáticas significativas. Embora o Tratado de Madri e a proteção jesuíta aos guaranis sejam históricos, os protagonistas são fictícios. Historicamente, foram os próprios guaranis, liderados por figuras como Sepé Tiaraju, que resistiram posteriormente. Alguns críticos apontam que o filme minimiza o protagonismo indígena, retratando-os como coad-

juvantes passivos enquanto privilegia dilemas morais europeus. Outros enfatizaram que os conflitos internos do processo de evangelização foram ignorados, omitindo a permanência de crenças indígenas e o antagonismo entre algumas lideranças e os jesuítas.

Além da Palma de Ouro, o filme venceu o Oscar de Melhor Fotografia (Chris Menges) e o Bafta de Melhor Edição e Ator Coadjuvante. Recebeu sete indicações ao Oscar, incluindo Melhor Filme e Diretor. A trilha sonora de Ennio Morricone, com o sublime “Gabriel’s Oboe”, conquistou o Globo de Ouro e o Bafta, sendo considerada uma das melhores da história do cinema.

Como acontece frequentemente nos filmes, mesmo quando simpáticos ao catolicismo e à fé cristã, deve ser tomado como obra de entretenimento, não como registro da história real.



Divulgação  
**A MISSÃO (The Mission)**  
Direção: Roland Joffé.  
Roteiro: Robert Bolt.  
Elenco: Robert De Niro, Jeremy Irons, Ray McAnally.  
Produção: Goldcrest Films, Kingsmere, Enigma Productions (Inglaterra, 1986).  
Duração: 125 minutos.